



Rodrigo Pironti Aguirre de Castro

Sistema de Controle Interno Uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial

2ª edição revista e ampliada

PREFÁCIO

Romeu Felipe Bacellar Filho

231 páginas

ISBN 978-85-7700-185-9

Formato: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

A Constituição de 1988 consagra a instituição de um sistema integrado de controle interno na União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com a finalidade precípua de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades administrativas, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado. A implantação de um sistema de controle interno é *conditio sine qua non* para a efetivação de uma nova gestão pública, vocacionada à satisfação das necessidades dos cidadãos a partir do desenvolvimento das atividades administrativas com elevado grau de excelência e de qualidade. O livro de Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, além de preencher uma lacuna doutrinária, representa um valioso incentivo para a promoção de um debate qualificado acerca desta temática, contribuindo, de forma inestimável, para a evolução da Administração Pública de nosso país.

Gustavo Justino de Oliveira

Pós-Doutor em Direito Administrativo – Universidade Coimbra. Professor Doutor de Direito Administrativo Faculdade de Direito da USP – Largo São Francisco.

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro

Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Vice-presidente do Foro Mundial de Jovens Administrativistas. Membro do Instituto de Jovens Juristas Ibero-Americano. Professor de direito administrativo na graduação e pós-graduação. Autor das obras: *Processo administrativo e controle da atividade regulatória* (Fórum, 2005) e *Sistema de controle interno: uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial* (Fórum, 2007). Coordenador executivo da obra *Direito administrativo contemporâneo – estudos em homenagem ao Prof. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho* (Fórum, 2004) e organizador da obra *Serviços públicos – estudos dirigidos* (Fórum, 2007). Atual Presidente da Comissão de Gestão Pública e Assuntos da Administração OAB/PR e membro da Comissão Nacional do Advogado em Início de Carreira do Conselho Federal da OAB. Advogado e sócio do escritório Justino de Oliveira e Pironti Advogados Associados.

Sumário

Prefácio à 1ª edição

Romeu Felipe Bacellar Filho

Introdução

Capítulo 1

Estudo histórico-evolutivo do Estado

- 1.1 Análise histórico-evolutiva do Estado e a formação do Estado Liberal ante a perspectiva de Estado autoritário
- 1.2 Do Estado de Bem-Estar Social à concepção neoliberal
- 1.3 As transformações do Direito Público no século XXI: a conformação da Administração Pública pelo Estado
 - 1.3.1 Causas das transformações do Direito Público e as conseqüências destas transformações no direito administrativo
 - 1.3.2 Estado e os modelos da Administração Pública
 - 1.3.3 Os modelos de Administração Pública e suas características no Estado brasileiro

Capítulo 2

Os controles da Administração Pública

- 2.1 A evolução do Estado e a necessidade do estabelecimento de controles da Administração Pública
- 2.2 Conceito e finalidade do controle da Administração Pública
 - 2.2.1 Finalidade do controle da Administração
 - 2.2.2 Uma nova interpretação do controle da Administração Pública
- 2.3 Princípios inerentes à atividade de controle
 - 2.3.1 Princípio das relações intersetoriais (princípio da segregação das funções)
 - 2.3.2 Princípio da independência técnico-funcional
 - 2.3.3 Princípio da relação custo/benefício
 - 2.3.4 Princípio da qualificação adequada
 - 2.3.5 Princípio da aderência a diretrizes e normas
- 2.4 Fundamento legal do controle na Administração Pública
- 2.5 Classificação do controle
 - 2.5.1 Controles de legitimidade e de legalidade
- 2.6 Controle externo da Administração Pública
 - 2.6.1 Controle Legislativo
 - 2.6.1.1 Meios de controle legislativo
 - 2.6.1.1.1 Comissões Parlamentares de Inquérito
 - 2.6.1.1.2 Convocação de autoridades
 - 2.6.1.1.3 Pedidos escritos de informação
 - 2.6.1.1.4 Fiscalizações contábeis, financeiras e orçamentárias
 - 2.6.1.1.5 Sustação dos atos normativos do executivo
 - 2.6.2 Controle Judicial da Administração
 - 2.6.2.1 Limites do controle judicial
 - 2.6.2.2 Meios de controle judicial
 - 2.6.2.2.1 Mandado de segurança individual
 - 2.6.2.2.2 Mandado de segurança coletivo
 - 2.6.2.2.3 Ação popular
 - 2.6.2.2.4 Ação civil pública
 - 2.6.2.2.5 Mandado de injunção
 - 2.6.2.2.6 *Habeas data*
 - 2.6.3 Controle Social da Administração Pública
 - 2.6.4 O Controle pelo Tribunal de Contas
 - 2.7 Relações entre o controle externo e o controle interno

Capítulo 3

O sistema de controle interno da Administração Pública: uma perspectiva do modelo de gestão pública

- 3.1 A distinção entre sistema de controle interno e o controle interno da Administração Pública
- 3.2 Pressupostos de implantação do sistema de controle interno

- 3.2.1 Aspectos jurídicos e fundamentos legais do sistema de controle interno
- 3.2.2 Intersetorialização dos entes responsáveis pelo controle interno
- 3.2.3 O princípio da separação dos poderes e o sistema integrado de controle interno
- 3.3 A estruturação do sistema de controle interno
- 3.3.1 Instrumentos de controle e a formatação estrutural do sistema de controle interno
- 3.3.1.1 Organização estrutural interna do ente — uma proposta de formatação útil (estrutura objetiva)
- 3.3.1.1.1 A descentralização em núcleos de controle interno
- 3.3.1.1.2 A independência estrutural dentro da estrutura global do ente
- 3.3.1.1.3 A normatização isonômica dos procedimentos
- 3.3.1.2 A estrutura de recursos humanos e as características dos profissionais do sistema de controle (estrutura subjetiva)
- 3.3.1.2.1 A lei instituidora e a figura do controlador geral (responsável central do controle)
- 3.3.1.2.2 Vedações aos responsáveis pelo controle
- 3.3.1.2.3 Garantias dos responsáveis pelo controle
- 3.3.1.3 Modalidades de atuação do sistema de controle interno
- 3.4 Sistema de controle interno: perspectiva gerencial e o princípio da eficiência

Conclusão

Referências

Índice